

ELEIÇÕES 2026 RESULTAM EM CENÁRIO TENEBROSO NO CONGRESSO NACIONAL

Extrema direita terá hegemonia
nas duas Casas **8a 11**

Caso Master escancara uso de aposentadorias
em esquemas do mercado financeiro **6e7**

Entrevista: Autor de "O Averso da Pele"
fala sobre censura da extrema direita **14e 15**

Em um pequeno texto chamado "A talk to teachers" (1963), James Baldwin, famoso escritor negro estadunidense, chamava atenção para o fato de que "o grande paradoxo da educação é exatamente que, à medida em que alguém, por meio da educação, começa a tornar-se consciente, este alguém começa também a questionar-se sobre a sociedade em que está sendo educado". E eis aí a razão porque tiranos de todas as espécies, ao longo da história, tiveram sempre um ódio fígadal às professoras e professores.

Vivemos hoje no Brasil um movimento coordenado de ataques à educação e à ciência, especialmente às instituições públicas que as promovem, que se enquadra precisamente nessa refração histórica de setores autoritários ao papel desempenhado pelo ensino e pela pesquisa na produção de autonomia dos sujeitos que compõem nossa sociedade. Em tempos de um individualismo exacerbado e de uma crise do capital que cria as condições perfeitas para que extremistas de direita capturem o justo sentimento de revolta da população e procurem manipulá-lo justamente para liquidar os mais básicos direitos que a assistem, educadores constituem um bastião importantíssimo de resistência e contenção ao impulso fascista.

Por isso mesmo, em cada escola pelo país a fora, em cada Universidade, Instituto Federal ou instituição de pesquisa científica, estão inimi-

gos potenciais que a extrema direita pretende solapar. As ameaças aos nossos direitos e propostas que sinalizam intentos de destruição do

Neste dia das professoras e professores, em consonância com nosso aplauso à categoria pelo importante papel que desempenha na vida de nossa sociedade, o ANDES-SN quer também concluir a docência de todos os níveis, em todos os cantos do país a dizer um altissonante "NÃO!" Não ao

desejo tirânico de quem quer retirar direitos à classe trabalhadora, não a quem quer suprimir o direito humano fundamental à educação, não a quem pensa que recuaremos de nossa missão histórica fundamental de, como no poema de Bertold Brecht, "Palavras a um general", lembrar

aos senhores do mundo que "os humanos são muito úteis. Sabem voar e sabem matar. Têm, porém, um defeito: eles também sabem pensar!"

Viva a docência de todo o Brasil! Viva a educação e a ciência que libertam!

**VIVA A
DOCÊNCIA
DE TODO O
BRASIL!**

**VIVA A EDUCAÇÃO
E A CIÊNCIA
QUE LIBERTAM!**

15 DE OUTUBRO

ensino superior (como a possível transferência das Universidades para MCTI, cujo orçamento é treze vezes menor do que o do MEC) ou da educação básica (acossada pela apologia ao homeschooling e pela defesa da educação militarizada) são apenas a materialização de um clima de hostilidade à educação e à ciência que, tratadas com os piores adjetivos, são objeto de discursos de descredibilização, atirados às redes e às ruas sem nenhum pudor.

Expediente

O *InformANDES* é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:
Diego Ferreira Marques

Edição e Revisão:
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas:
Bruna Yunes DRT 9045/DF
Renata Maffezoli

Diagramação e arte final:
Silas William Vieira

Fotos:
Elaine Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

16° CO NAD

2026

EXTRAORDINÁRIO
DO ANDES-SN

Fortalecer o ANDES-SN:
questões organizativas,
administrativas, financeiras
e políticas em debate

**13 a 15
novembro**

Local: Auditório da ADUnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Casa do Professor - Brasília(DF)


ADUnB
Associação dos Docentes
da Universidade de Brasília
S.Sind. do ANDES-SN

45 ANOS
ANDES
SINDICATO NACIONAL



Docentes debatem saúde, trabalho e aposentadoria em eventos nacionais

O ANDES-SN realizou, entre 18 e 22 de setembro, em Brasília (DF), o X Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente e a IV Jornada de Assuntos de Aposentadoria. A programação também contou com a reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), no dia 18, na sede do Sindicato Nacional.

As atividades reuniram docentes de 21 seções sindicais para debater saúde docente, defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), intensificação do trabalho, direito à desconexão, adoecimento, aposentadoria, idadeísmo e participação de docentes aposentadas e aposentados na organização sindical.

Saúde docente e SUS

A primeira mesa do Seminário, realizada no dia 19, discutiu a defesa do SUS e o compromisso com a determi-

nação social da saúde. O debate contou com a exposição de Maria Valéria Correia, docente e reitora honorária da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), e Francisco Batista Júnior, da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Norte e ex-presidente do Conselho Nacional de Saúde. Na ocasião, destacou-se a necessidade de compreender o processo saúde-doença a partir das condições sociais e históricas de vida e trabalho. Nessa perspectiva, classe, gênero e raça integram a realidade da classe trabalhadora e impactam sua saúde. Também foi reforçada a defesa de um SUS público, de qualidade e sob gestão estatal.

Trabalho e desconexão

A discussão sobre saúde abordou a intensificação e a precarização do trabalho docente. O direito à desconexão foi apresentado pelas docentes Laura Valle Gontijo, da Universidade de

Brasília (UnB), e Livia Santos, 1ª vice-presidenta da Regional Planalto e integrante da coordenação do GTSSA do ANDES-SN, como reivindicação vinculada à realidade de vida e trabalho da categoria, e não apenas como solução individual para lidar com a sobrecarga. A demanda faz parte da luta por melhores condições de trabalho, direito ao tempo livre e melhoria da infraestrutura das instituições de ensino.

Carreira, saúde e bem-estar

O Seminário prosseguiu no domingo (20) com a mesa sobre tempo de carreira, adoecimento e qualidade de vida na aposentadoria. Luiz Henrique Schuch, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (Adufpel SSind.), relatou sua trajetória na carreira docente e na organização sindical. Ele relacionou as transformações e ataques à categoria aos impactos na vida e no trabalho docente, ressaltando a importância da organização e da luta coletiva. A economista do Dieese, Mariel Angeli Lopes, também apresentou dados sobre o adoecimento docente, que dialogaram com os resultados da Enquete Nacional do ANDES-SN.

Ainda no domingo, uma roda de conversa possibilitou o compartilhamento de experiências desenvolvidas pelas seções sindicais nas áreas de saúde e aposentadoria.



Jornada de Aposentadoria

Na segunda-feira (21), a IV Jornada de Assuntos de Aposentadoria foi iniciada com a mesa sobre idadismo no trabalho docente. O conceito trata do preconceito e da discriminação com base na idade, com atenção aos impactos sobre as pessoas mais velhas.

As palestrantes Leides Moura, docente da UnB, e Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, do Grupo de Trabalho Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), abordaram as diferentes formas de preconceito e discriminação associadas à idade. A discussão destacou a relação entre a valorização da juventude e o capitalismo, que reduz o trabalhador à mercadoria, além da necessidade de enfrentar o idadismo no cotidiano.

Contribuição previdenciária

A última mesa da Jornada tratou do fim da contribuição previdenciária de aposentadas e aposentados do serviço público, abordando os desafios da luta sindical e os efeitos das mudanças na Previdência. Sara Granemann, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Leandro Madureira, da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN, discutiram o avanço da capitalização, a relação entre os recursos das trabalhadoras e dos trabalhadores e o mercado financeiro, além de questões relacionadas ao endividamento docente.

Em defesa da Previdência Social

Como parte da programação, foi realizado um ato em defesa da re-



vogação das contrarreformas da Previdência e pelo fim da contribuição previdenciária de aposentadas e aposentados, em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Uma comissão formada por representantes da diretoria do ANDES-SN, da Fasubra e da base docente foi recebida pelo governo. Na reunião, foram apresentadas reivindicações sobre Previdência e a situação de docentes que se aposentaram. Segundo representantes do governo, o período de defeso eleitoral impede avanços em algumas medidas e a orientação foi que o Sindicato protocole novamente o documento após o encerramento do período.

Avaliação

Para Livia Santos, os debates reforçaram a relação entre as condições de

trabalho, o adoecimento e a vida após a aposentadoria, bem como a necessidade de avançar na compreensão das causas estruturais dessas enfermidades e fortalecer a mobilização da categoria.

“É preciso compreender os mecanismos que produzem esse cenário, mas também construir formas de mobilizar a categoria a partir de problemas concretos vivenciados no trabalho. Este segue sendo um dos grandes desafios que apareceram em diferentes momentos do Seminário e da Jornada”, destacou.

Jacqueline Lima, 1ª secretária do Sindicato Nacional e da coordenação do GTSSA, destacou que os debates contribuíram para fortalecer a atuação do Sindicato. “Saúde, trabalho e aposentadoria não são temas separados, mas dimensões que atravessam a trajetória das e dos docentes e precisam estar articuladas na nossa organização sindical. Fortalecer a participação das e dos aposentados, enfrentar o idadismo e lutar por melhores condições de trabalho são partes de uma mesma construção coletiva”, concluiu.

Enquete e diagnóstico

Durante os eventos, o docente Renne Rodrigues, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), apresentou os resultados da Enquete Nacional do ANDES-SN sobre Saúde Docente, a qual abordou mudanças no perfil do adoecimento, os efeitos do uso intensivo de tecnologias e as transformações no mundo do trabalho. Confira os resultados:



Acesse a matéria completa no site do ANDES-SN.



Caso Master acende alerta sobre aposentadorias do funcionalismo público

O caso envolvendo o Banco Master trouxe ao centro do debate a gestão dos recursos destinados às aposentadorias e pensões de servidoras e servidores públicos. Investimentos realizados por Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em produtos financeiros ligados ao conglomerado levantam questionamentos sobre os critérios, os mecanismos de fiscalização e a proteção do patrimônio previdenciário.

Em novembro de 2025, o Banco Central anunciou a liquidação extrajudicial do Banco Master e de instituições ligadas ao conglomerado. A medida atingiu investimentos realizados por diferentes RPPS de estados e municípios. À época, dados do Ministério da Previdência mostraram que RPPS de 18 estados e municípios mantinham investimentos ligados ao Banco Master de R\$ 1,86 bilhão, muitos deles em títulos sem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o que amplia os riscos para as aposentadorias e pensões de servidoras e servidores públicos.

Entre os casos que ganharam destaque está o Rioprevidência, autarquia estadual responsável por gerir a previdência das servidoras e dos servidores públicos do estado do Rio de Janeiro. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), entre 2025 e 2026, o instituto manteve entre R\$ 2,6 bilhões e R\$ 3,7 bilhões em investimentos relacionados ao Banco Master. As operações fazem parte de investigações e há questionamentos sobre a idoneida-

de dos procedimentos adotados. No estado fluminense, não é a primeira vez que recursos previdenciários são alvo de medidas controversas. Veja BOX 1: RioPrevidência.

No Amapá, a Amapá Previdência (Amprev) entrou na mira das autoridades pela aplicação de R\$ 400 milhões do dinheiro da aposentadoria das servidoras e dos servidores públicos em investimentos de alto

risco no Banco Master. Conforme o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a autarquia movimentou cerca de R\$ 32 bilhões nas contas da Amprev entre 2025 e 2026, um valor superior à arrecadação anual do órgão estimada em R\$ 2 bilhões. Desse montante suspeito, as investigações apontam que R\$ 2,1 milhões foram repassados diretamente ao Banco Master no período.

Em Maceió (AL), o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev) realizou dois aportes, de R\$ 97 milhões, em operações relacionadas ao banco entre 2023 e 2024.

“As investigações realizadas pela Polícia Federal têm revelado graves falhas de controle e governança, além de muita corrupção, aumentando ainda mais a indignação

Foto: Mídia Ninja



RioPrevidência

O RioPrevidência enfrenta há décadas problemas na gestão dos recursos. Desde 2024, o ex-governador Cláudio Castro (PL) ampliou o uso de recursos do fundo para o pagamento de dívidas do estado, apesar de alertas do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em 2025, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou um projeto do Executivo que autorizou o uso de royalties e participações especiais destinados ao RioPrevidência para quitar a dívida com a União. A medida foi convertida na Lei 11.010/25, com validade até 31 de dezembro de 2026.

diante da falta de ação imediata por parte do Banco Central para impedir o prosseguimento de operações fraudulentas do Master ao longo de anos”, afirmou Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da ACD.

Financeirização da Previdência

De acordo com Fattorelli, o caso Master evidencia problemas que ultrapassam a situação do banco e estão relacionados à forma como os recursos previdenciários vêm sendo administrados. Para a economista, as sucessivas contrarreformas da Previdência enfraqueceram o regime de repartição e acompanharam o avanço da financeirização e dos regimes de capitalização, submetendo recursos previdenciários às regras e aos riscos do mercado financeiro.

“Os fundos de pensão e os regimes próprios de Previdência sofrem fraudes há muito tempo, e o modus operandi é sempre o mesmo, envolvendo consultorias que indicam investimentos podres, comitês que admitem a compra desses investimentos fraudulentos, falsas promessas de alta rentabilidade, ingerência política, entre outros. No caso do Banco Master, não foi diferente: investigações têm revelado o mesmo modo de agir, porém, a demora do poder público, principalmente dos Tribunais de Contas e do Banco Central, em atuar para dismantelar o esquema foi chocante”, afirma.

Conforme Fattorelli, embora haja crimes também cometidos por gestores públicos e consultorias de investimentos, o maior responsável pelos prejuízos causados aos fundos de pensão e aos regimes próprios de Previdência foi o Banco Central, em decorrência da aprovação da Lei Complementar (LC) nº 179/21, sobre a autonomia da autoridade monetária, que enfraqueceu a fiscalização e possibilitou os crimes cometidos por dirigentes do Banco Master.

“Essas falhas comprometeram as finanças desses fundos de Previdência, tendo em vista que essas perdas

não são garantidas pelo FGC. Cada caso precisa ser profundamente investigado para punir os responsáveis por essas perdas. Por isso, as iniciativas de criação de uma CPI do Banco Master no Congresso Nacional são tão importantes”, ressalta.

Maria Lucia resgata o caso da fraude contábil das Americanas, em janeiro de 2023, que gerou impactos sobre a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Confira o BOX 2: Caso Americanas.

Transparência e controle social

Para a economista, a proteção dos recursos previdenciários exige maior transparência, fiscalização e participação das trabalhadoras e dos trabalhadores na gestão dos fundos.

“É preciso garantir a participação social efetiva nas instâncias responsáveis pela gestão desses recursos, inclusive nos comitês de investimentos, com mecanismos de transparência, fiscalização e prestação de contas que permitam acompanhar onde e como o dinheiro está sendo aplicado”, explica.

Fattorelli reforça que a ACD também defende mudanças nas regras de fiscalização do Banco Central, a revisão da LC 179/21 e questiona a PEC 65/2023, que prevê alterações na autonomia financeira e administrativa da instituição. Segundo ela, as mudanças podem abrir espaço para que o BC adquira ativos privados de instituições financeiras, inclusive papéis de alto risco, transferindo eventuais prejuízos para o setor público. “Esse padrão precisa ser urgentemente interrompido”, alerta.

A preocupação também envolve a sustentabilidade dos RPPS. Para a economista, além da eventual recuperação dos recursos aplicados no Banco Master, o caso coloca em

debate os critérios de investimento, os mecanismos de fiscalização e quem assume os prejuízos quando as aplicações não alcançam os resultados esperados. A proteção da Previdência pública depende de transparência, controle permanente, responsabilização e participação efetiva das servidoras e dos servidores na gestão dos recursos.

Caso Americanas

A fraude contábil das Americanas veio à tona em janeiro de 2023, quando a empresa revelou inconsistências de cerca de R\$ 20 bilhões e entrou em recuperação judicial. Em junho de 2024, a Polícia Federal (PF) deflagrou a primeira fase da Operação Disclosure, que investigou os executivos da companhia. A segunda fase, iniciada em 25 de setembro deste ano, ampliou as investigações sobre as supostas fraudes, agora estimadas em R\$ 54 bilhões. Entre os alvos estão os acionistas de referência Carlos Alberto da Veiga Sicupira e Paulo Alberto Lemann, além de executivos de Itaú Unibanco, Bradesco e Santander. As investigações apuram uma possível participação ou conhecimento sobre um esquema de manipulação de resultados financeiros e ocultação da real situação patrimonial da empresa.

Extrema direita amplia cadeiras no Congresso Nacional após eleições de 2026

Resultado traz preocupações em relação à garantia de direitos sociais e à possibilidade de graves retrocessos

As eleições de 2026 ampliaram a presença da direita e da extrema direita no Congresso Nacional e alteraram a correlação de forças para a legislatura que começa em 2027. O tenebroso resultado permite que a extrema direita tenha maioria nas duas casas, o que abre espaço para possíveis alterações na Constituição de 1988 e impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

“O ANDES-SN compreende que nos localizamos, nessa conjuntura, em um quadro piorado. Se nós já caracterizávamos o Congresso Nacional como ‘inimigo do povo’, hoje entendemos que esse quadro piora ainda mais, porque, para além da agenda de recessão de direitos, é um Congresso que estará à disposição para avançar numa agenda contra todos os direitos mínimos e bá-

sicos republicanos, que foram obtidos nos últimos anos, fruto de muita luta e muita mobilização. Um Congresso totalmente submetido aos interesses do imperialismo estadunidense e da agenda reacionária de setores fundamentalistas cristãos no Brasil”, avalia o presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça.

Um Congresso constituído por uma ampla maioria de parlamentares da extrema direita e da direita acende um alerta elevadíssimo quanto ao ataque aos direitos sociais e desmonte dos serviços públicos, ressalta Mendonça. “Nós compreendemos que uma das primeiras medidas deve ser, não só avançar na Reforma Administrativa, como em uma agenda ainda mais grave, além de novas reformas previdenciárias. O serviço público vai ser diretamente atacado, com uma agenda cada vez

mais restritiva do orçamento, com uma perspectiva cada vez mais privatista. Esse é o cenário que nós compreendemos que o nosso sindicato vai enfrentar a partir de 2027”, acrescenta.

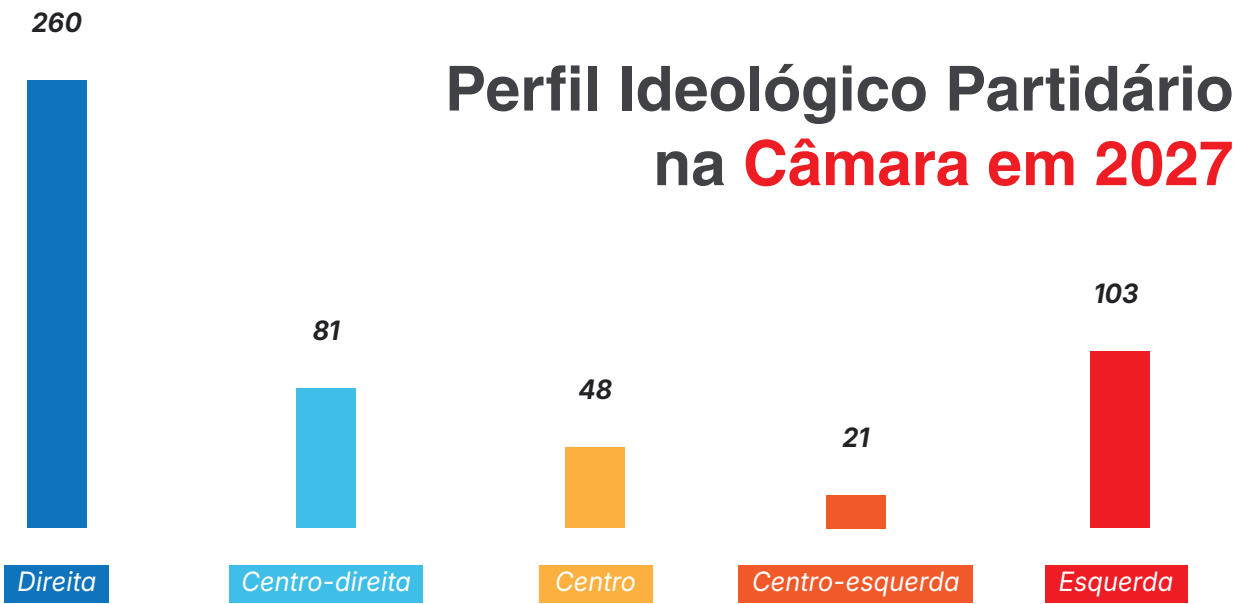
PL aumenta cadeiras na Câmara

A nova Câmara dos Deputados tomará posse em 1º de fevereiro, para mandatos de quatro anos. As eleições de 2026 definiram as 513 cadeiras da Casa. A posse no Senado Federal também ocorre no dia 1º de fevereiro para mandatos de oito anos e a renovação ocorreu em 54 das 81 cadeiras da Casa.

Levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apontou crescimento da bancada de direita tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, enquanto partidos e blocos de centro e centro-esquerda perderam espaço.

Na Câmara, a direita passou de 248 deputadas e deputados eleitos em 2022 para 260 parlamentares em 2026, um crescimento de 12 cadeiras. A esquerda também registrou aumento, passando de 95 para 103 parlamentares. Já a centro-direita conquistou 3 cadeiras a mais, com 81 representantes, enquanto o centro caiu de 61 para 48 e a centro-esquerda, de 31 para 21 parlamentares.

O resultado evidencia, ainda, o fortalecimento de partidos identificados com posições conservadoras e de direita. O Partido Liberal (PL) alcançou



121 deputadas e deputados federais, tornando-se a maior bancada da Câmara e registrando o maior número de cadeiras conquistadas por uma legenda desde 1990. Em 2022, o partido elegeu 99 parlamentares.

A federação formada por PT, PCdoB e PV passou de 82 deputadas e deputados eleitos para 88. União e PP, considerados em conjunto, passaram de 98 para 87. O Novo cresceu de 5 para 10 deputados, enquanto PDT, MDB e a federação PSDB-Cidadania tiveram redução. O partido Missão elegeu um deputado.

Avanço da direita no Senado

No Senado Federal, a renovação envolveu 54 das 81 cadeiras da Casa, o equivalente a dois terços da composição. Por lá, a mudança na correlação de forças é ainda mais acentuada. A bancada classificada pelo Diap como de direita passou de 32 para 48 senadoras e senadores, enquanto a centro-direita caiu de 21 para 8 parlamentares. A esquerda passou de 9 para 11 cadeiras, o centro de 9 para 8, e a centro-esquerda de 8 para 5.

Dados da Agência Senado indicam que o PL foi o principal responsável pelo crescimento da direita na Casa, elegendo 19 senadoras e senadores. Com isso, a legenda passará a ter 28 parlamentares eleitos e terá a maior bancada do Senado a partir de 2027. União Brasil passou de 5 para 6 cadeiras, enquanto

o Novo, que não possuía representantes na atual composição, elegeu 3.

Já o PT elegeu 6 e está com 9 integrantes, enquanto o MDB cai de 10 para 8. O PSD registra a maior redução, de 13 para 5 senadores. O PP perdeu duas cadeiras e está com 6 e a Rede, atualmente sem representação no Senado, terá um integrante na próxima legislatura.

Mudança na correlação de forças

Para o Diap, o resultado consolidou uma tendência de fortalecimento da direita e do conservadorismo no Congresso Nacional. A mudança ocorre em um cenário de redução do espaço ocupado por partidos de centro e centro-esquerda e de fortalecimento de legendas que, embora distintas entre si, integram o campo político da direita.

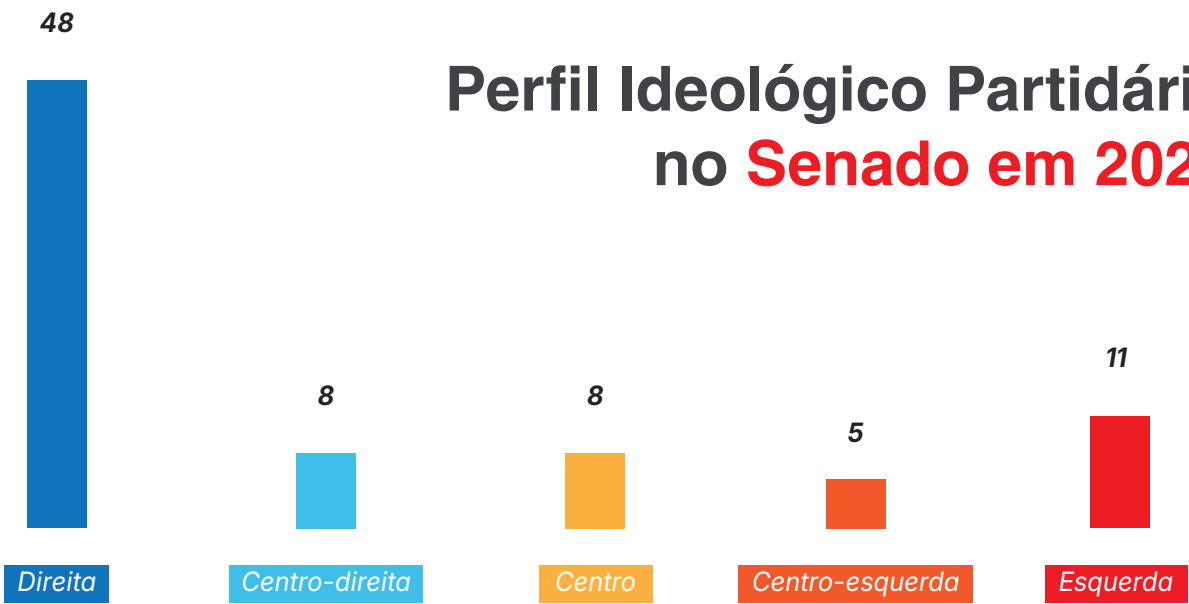
A composição do novo Congresso também revela que o crescimento da direita não ocorre de forma homogênea. O campo reúne desde setores da centro-direita até forças identificadas com posições ultraconservadoras. Por isso, a composição das bancadas não significa necessariamente unidade em torno de todas as pautas, mas amplia a capacidade de articulação desse campo político no Legislativo.

Segundo o Diap, este avanço do ultraconservadorismo deverá ter consequências sobre a agenda de debates e votações a partir de 2027. Temas relacionados aos direitos sociais e

trabalhistas, à educação e à ciência, ao financiamento das políticas públicas, à Previdência, aos serviços públicos e à democracia estarão inseridos em uma correlação de forças mais favorável aos setores conservadores.

Essa hegemonia do PL e de demais partidos de direita a partir de 2027 no Senado permite a apresentação de propostas, a criação de comissões e até a aprovação de mudanças constitucionais. A extrema direita e a direita já reúnem o número mínimo de assinaturas (27) para apresentar uma PEC ou criar uma CPI. Somadas à centro-direita, já têm a quantidade suficiente para aprovar uma PEC, que exige 49 votos. Para abertura de processo contra um magistrado do STF e afastamento é preciso dois terços dos votos da Casa, 54 votos.

Na Câmara, nenhum campo político alcança sozinho as 171 assinaturas necessárias para apresentar uma PEC ou criar uma CPI. A direita reúne 132 parlamentares, enquanto esquerda e centro-esquerda somam 126. Direita e centro-direita, juntas, chegam a 303 deputados, número suficiente para apresentar propostas e criar CPIs, mas cinco votos abaixo dos 308 necessários para aprovar uma PEC. Já esquerda, centro-esquerda e centro reúnem 210 parlamentares, quantidade que também permite alcançar o quórum mínimo para apresentação de PECs e criação de CPIs.



A nova composição também aumenta os desafios para organizações sindicais e movimentos sociais na disputa por direitos e políticas públicas. Com maior presença parlamentar da direita, a defesa dos serviços públicos, da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora deverá enfrentar um Congresso com posições mais conservadoras.

“Os resultados eleitorais do último dia 4 são extremamente preocupantes para os serviços públicos e para a educação. Saímos das urnas com um Senado que terá 34,5% de sua composição concentrada no PL, partido da família Bolsonaro e que galvaniza a extrema direita, e um total de 50 senadores e senadoras alinhados à agenda desse campo, algo muito próximo aos 56 necessários para garantir os 2/3 que permitem mudanças constitucionais. A formação de uma maioria absoluta, capaz de alterar a Carta Magna de 1988 é algo muito tangível”, afirma Diego Marques, 2º tesoureiro do ANDES-SN.

O diretor do Sindicato Nacional ressaltou que é preciso considerar, nessa análise da composição do Congresso Nacional, o processo de restrição democrática que decorre da aplicação dos novos critérios da cláusula de barreira. “Nessas eleições, apenas 9 partidos e/ou federações partidárias ultrapassaram diretamente a cláusula e mantiveram acesso ao fundo eleitoral e à propaganda partidária gratuita na rádio e teledifusão. Esse número ainda pode ser sutilmente alterado, após os julgamentos que levarão à homologação

dos resultados nos estados, mas é improvável que mude significativamente. Assim, deve acontecer um processo de cristalização do atual sistema político, impedindo ainda mais uma renovação substancial do quadro”, observa.

Diversidade na Câmara

A quantidade de mulheres deputadas cresce na Câmara. No entanto, o número de parlamentares pretos ou pardos diminuiu. A bancada feminina da Câmara dos Deputados crescerá de 90 para 109 parlamentares na legislatura que começa em 2027. O aumento de 19 cadeiras representa crescimento de 21,1%.

Apesar do avanço, as mulheres continuarão sendo apenas 21,2% das 513 deputadas e deputados eleitos, embora representem mais da metade da população brasileira. Entre as forças políticas, a federação formada por PT, PCdoB e PV terá a maior bancada feminina, com 34 deputadas eleitas.

O crescimento da bancada feminina ocorre, entretanto, em um Congresso que ainda apresenta desigualdades na representação racial. Em 2026, foram eleitos 135 deputados e deputadas autodeclarados pretos ou pardos, 26,3% da Câmara. O número é inferior aos 139 eleitos e às eleitas em 2022, indicando uma redução de 2,9% na presença de parlamentares pretos ou pardos na Casa.

A federação formada por União Brasil e PP foi a que elegeu o maior número

de deputadas e deputados autodeclarados pretos ou pardos, com 32 parlamentares, o equivalente a 23,7% das 135 cadeiras ocupadas por esse grupo. Apenas três deputados federais eleitos em 2026 aparecem como indígenas no cadastro eleitoral consultado a partir dos registros do TSE.

Mulheres no Senado

No Senado, 12 mulheres foram eleitas entre as 54 vagas renovadas em 2026, o maior número registrado em uma única eleição desde a redemocratização. A bancada feminina chegará a 18 integrantes no início de 2027, considerando as 6 senadoras que ainda mantiveram os mandatos. Entre as eleitas, 4 são do PT,



Rede e PDT, partidos situados no campo da esquerda e da centro-esquerda.

Disputa política

Para Diego Marques, 2º tesoureiro do ANDES-SN, apesar de muito ruim, o resultado das urnas não elimina a disputa política. A própria composição das bancadas mostra a existência de diferentes projetos e interesses dentro dos campos de extrema direita, direita, centro e esquerda. A atuação das organizações da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e das entidades sindicais seguirá determinante para pressionar o Legislativo e disputar os rumos das políticas públicas e dos direitos sociais.

“Viveremos sob a necessidade permanente de mobilização e teremos à frente um período de radicalização das lutas pelo orçamento e pelos serviços públicos, que demandará, dentre outras coisas, uma grande capacidade de ampliar o diálogo com a sociedade brasileira e reverter o quadro ideológico que levou à composição desse Congresso”, analisa.

Mobilização

Diante dos resultados do primeiro turno e da composição do Congresso Nacional para 2027, as ruas de várias cidades do país já foram tomadas por protestos contra a extrema direita, em defesa da democracia-

cia, da educação pública, da soberania e pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Os primeiros protestos foram convocados pelo movimento estudantil em Niterói e se alastraram, em poucos dias, levando milhares às ruas.

As mobilizações enfrentam ameaças da extrema direita, de forças policiais e intimidação política, como os disparos de arma de fogo durante um ato de estudantes da Universidade Federal de Sergipe.

O ANDES-SN também conclamou a categoria docente a se mobilizar para eleger Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições para a Presidência da República. A iniciativa considerou a deliberação do 69º Conad, que indicou a necessidade de “garantir a derrota eleitoral da direita e extrema direita”,

com participação da categoria não apenas por meio do voto, mas também por meio da mobilização contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

O Sindicato Nacional convocou manifestações para o dia 15 de outubro, data que marca o Dia da Professora e do Professor. A proposta é dialogar com a população sobre os riscos aos direitos sociais, em especial à educação, caso o projeto da extrema direita se consolide.

O presidente do Sindicato Nacional reforça que independentemente do resultado eleitoral, a categoria vai se manter mobilizada. “Nós só iremos enfrentar esse mar agitado da História, nós só iremos enfrentar esse turbilhão global, na América Latina e no Brasil, com muita mobilização, com muita disposição”, conclama.

Solidariedade à UFPE

O ANDES-SN manifestou solidariedade à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pelo incêndio ocorrido em 7 de outubro na Diretoria de Inovação e Empreendedorismo, destruindo anos de acervos e pesquisas. O Sindicato Nacional ressalta que o fato ocorreu após as mobilizações estudantis e ameaças da extrema direita contra a universidade, exigindo apuração imediata e firme para investigar a hipótese de crime político.



Documentário do ANDES-SN ganha o país e fortalece a resistência docente

O lançamento do documentário "Educação e Ciência por um Brasil que dá certo", produzido pelo ANDES-SN em parceria com a Cajuína Filmes, mobilizou docentes, estudantes, trabalhadores, trabalhadoras e movimentos sociais em diversas capitais do país. Após a estreia nacional, realizada no dia 16 de setembro, na Casa de Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP), na capital paulista, a obra já percorreu auditórios e espaços públicos no Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Salvador (BA) e Manaus (AM).

A iniciativa integra a campanha "Lutar não é Crime!", do Sindicato Nacional, e surge como uma ferramenta de combate ao avanço dos ataques ideológicos, à desinformação e aos sucessivos cortes orçamentários que sufocam o ensino superior e a produção científica nacional.

Origem e contexto

A concepção do filme está diretamente vinculada ao processo de mobilização da categoria e ao enfrentamento da repressão política nos campi universitários. Marcos Soares, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN e integrante da coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS), explica que a obra surgiu a partir de uma deliberação da categoria e das lutas recentes do Sindicato Nacional.

"O filme 'Educação e Ciência por um Brasil que dá Certo' foi pensado no bojo da campanha 'Lutar não é Crime'. Essa campanha foi construída a partir da greve da Educação Federal de

2024, quando tivemos várias denúncias, de diversos campi universitários pelo país, de repressão aos grevistas e às grevistas", afirma.

Conforme Soares, a intensificação de investidas reacionárias motivou a urgência de uma resposta em formato audiovisual. "Depois desse período, de 2024 para cá, o que a gente viu foi um aumento muito grande de ações de extrema direita, muitas delas lideradas por parlamentares, via de regra vereadores de cidades no Brasil todo, que começaram a se dirigir às universidades municipais, estaduais, federais, com a finalidade de externar a sua posição virulenta contra a ciência, contra o ensino, contra a educação, contra a universidade", conta.

Nesse cenário, o filme ressaltava dados fundamentais da realidade brasileira: mais de 95% da produção científica nacional provém das universidades públicas, nas quais 51,2% dos estudantes são negros e negras e 64,7% vieram de escolas públicas.

"O nosso documentário tem um grande papel no fortalecimento das nossas instituições de ensino, da produção do conhecimento e da ciência. É uma obra com o compromisso da reafirmação do papel significativo que a educação e a ciência possuem no Brasil, como um mecanismo, inclusive, de garantia da nossa soberania, e do acesso ao conhecimento e aos cargos de poder, por uma classe trabalhadora alijada do processo histórico da



educação, como negros, quilombolas, indígenas, sem-terra, sem-teto, corpos LGBTQIA+", acrescenta Fernanda Maria Vieira, secretária-geral do ANDES-SN.

Repercussão

A recepção nas exibições tem sido marcada por forte emoção e identificação entre diferentes gerações e setores sociais, segundo Fernanda Maria. "A recepção ao documentário, nos locais onde ele já foi exibido, foi maravilhosa. Na UnB, nós tivemos falas de docentes já aposentadas e aposentados que, ao verem o filme, sentiram vontade de falar das suas experiências, inclusive na década de 1960, período de dura repressão nas universidades", comenta.

Em São Paulo, o lançamento nacional foi antecedido de uma panfletagem no campus e diálogo com a comunidade acadêmica. "A receptividade tem sido muito boa. Tivemos o lançamento nacional em São Paulo, na Casa de Cultura Japonesa, que é vinculada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências



Rio de Janeiro (RJ)



Brasília (DF)



Manaus (AM) / ADUA/Reprodução



Curitiba (PR) / Foto: Alex Sander

Humanas, a FFLCH, que foi o principal objeto até aqui [de ataques] da extrema direita, no caso da USP, no campus do Butantã”, reforça Marcos Soares.

Fernanda Maria conta que, em Manaus, onde foi realizada uma exibição em praça pública, houve uma grande recepção de trabalhadores e trabalhadoras, que se encontravam no local. Em Salvador, a comunidade acadêmica da UFBA lotou o auditório para assistir ao documentário e participar de debate sobre estratégias de enfrentamento à extrema direita.

“No Rio de Janeiro, os movimentos sociais estiveram presentes no lançamento e entenderam a importância da mensagem, que é a necessidade da expansão do ensino público como forma de garantir o acesso de múlti-

plos setores da classe trabalhadora às universidades públicas”, destaca.

Fernanda pontua que a força do filme reside na valorização de sujeitos historicamente invisibilizados. “A gente tem tido respostas de reconhecimento de que se trata de um documentário sensível, que chama a atenção, porque é um projeto que, a partir das vozes que comumente não são escutadas, vozes negras, movimentos ribeirinhos, indígenas, fala sobre o papel que a educação e a ciência tiveram em suas vidas”, observa.

Objetivos e mensagem

Ao afirmar no próprio título o papel transformador do conhecimento público, o ANDES-SN coloca a universidade no centro da disputa sobre os rumos

do país. Sobre o objetivo da obra, Fernanda Maria Vieira ressalta que o documentário envia uma mensagem categórica contra o obscurantismo.

“O documentário tem uma mensagem direta para a extrema direita que tenta nos silenciar a partir do medo e da violência. A universidade não é espaço para o ódio. Nossas instituições de ensino públicas não são espaços para negacionismo, para intolerância e para o discurso do ódio. Nós, do ANDES-SN, não permitiremos nenhum retrocesso no que se refere à educação e à ampliação dos grupos sociais dentro da universidade, na educação e na produção do conhecimento. Aqui, fascista não! Não permitiremos!”, conclui.

Após a conclusão desta matéria, o filme também teve lançamento em Curitiba (PR).

A diretoria do ANDES-SN orienta que o filme seja utilizado ativamente como instrumento de debate e organização política pelas seções sindicais em todo o país. A obra está disponível gratuitamente no canal do Sindicato Nacional no YouTube (@andes.sindicato). Acesse aqui:



"'O Averso da Pele' tornou-se alvo", diz, Jeferson Tenório

Em setembro de 2026, o ANDES-SN lançou o documento "Educação e Ciência por um Brasil que dá certo", ressaltando a urgência da defesa do ensino público do livre-pensar. Entre os depoimentos está o de Jeferson Tenório, escritor, autor de obras como "O Averso da Pele" e "De onde eles vêm". Nesta entrevista*, Tenório fala sobre sua trajetória, a importância das cotas raciais e da universidade pública, o racismo estrutural e as tentativas de censura a obras literárias.

InformANDES: Como foi a sua trajetória de formação na infância e juventude, e em que momento o horizonte da universidade pública passou a fazer parte da sua vida?

Jeferson Tenório: A minha vida escolar foi bastante interrompida em função de mudanças que precisei fazer com a família. Nasci no Rio de Janeiro e morei lá até os 13 anos, quando nos mudamos para o Rio Grande do Sul e conhecemos o racismo, de maneira muito rápida.

Como não tínhamos um lugar fixo para morar, mudávamos bastante. Repeti de ano pelo menos umas três vezes, e a universidade era algo impensável e distante. Eu vislumbrava um cargo de chefia no comércio.

A virada veio após uma abordagem policial bastante violenta em Porto Alegre, quando eu trabalhava em uma pizzaria.

Depois desse episódio, minha mãe ficou muito preocupada e me disse que um diploma e os livros poderiam me proteger. Entrei em um cursinho pré-vestibular para pessoas negras e periféricas, onde vi professores negros pela primeira vez e comecei a gostar de ler. Cursei Letras em uma faculdade particular e, em 2008, ingressei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo sistema de cotas raciais.

InformANDES: Qual era o ambiente na UFRGS quando você ingressou pelo sistema de cotas?

JT: Eu entrei na universidade com a bagagem de uma universidade particular, em um momento de mudanças nas universidades públicas, provocadas pela implantação das cotas. Havia um ambiente pesado, marcado por discursos de



professores e colegas que diziam que os cotistas eram pessoas despreparadas, que enfraqueceriam os cursos e derrubariam as notas. Havia medo e constrangimento em se declarar cotista. Formei-me dois anos depois como o primeiro cotista negro da UFRGS. Ao longo do tempo, percebi mudanças, com mais alunos periféricos e negros ocupando aquele espaço e uma alteração na postura de professores notarem que não havia diferença no desempenho acadêmico.

A entrada de pessoas negras e pobres mudou a cara da universidade e a produção de conhecimento. Hoje, temos uma gramática antirracista muito mais popularizada. Contudo, a permanência ainda é uma luta diária. A diversidade ainda não chegou com a mesma força ao corpo docente, que conta com poucas professoras e professores negros.

InformANDES: Como ocorreu a censura ao livro “O Avesso da Pele” em 2024 e o que ele revela sobre os ataques à educação?

JT: Em março de 2024, uma diretora de escola do Rio Grande do Sul gravou um vídeo e publicou nas redes sociais dizendo que o livro era inapropriado e pornográfico.

co, descontextualizando trechos da obra. Ela disse que o governo Lula teria enviado os livros às escolas, o que não é verdade. O governo disponibiliza um catálogo de livros, aprovado pelo MEC, com a avaliação de profissionais, pesquisadores e professores, para que sejam escolhidos pelos docentes.

Depois disso, houve uma série de ataques ao livro e começaram as retiradas de circulação em três estados: Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Também ocorreram tentativas de censura em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

A interdição durou cerca de dois meses e foi revertida após intensa mobilização popular e ação jurídica da editora. O episódio também ocorreu em um contexto eleitoral, no qual a extrema direita buscou construir inimigos para mobilizar o ódio e conquistar votos nas eleições municipais. Esse movimento se soma a uma onda ultraconservadora, que se fortaleceu após o impeachment de Dilma Rousseff, em reação às pautas progressistas, como diversidade, antirracismo e feminismo. Nesse cenário, “O Avesso da Pele” tornou-se alvo e símbolo dessa reação.

InformANDES: “O Avesso da Pele” conta a história de um professor. Já o “De onde eles vêm”, seu último romance, trata do acesso e a permanência na universidade. O que este novo livro aborda?

JT: O romance acompanha Joaquim, um jovem negro retinto, periférico e leitor que ingressa na universidade, por meio das cotas, e enfrenta tanto o encantamento quanto a hostilidade daquele espaço. Não é um livro apenas sobre o acesso, mas sim sobre

a manutenção e a complexidade das relações acadêmicas.

A universidade brasileira é um espaço historicamente recente para a população negra e pobre. Quando um estudante cotista questiona a ausência de autores negros nas bibliografias, ele explicita as disputas de micropoder presentes nas relações acadêmicas.

InformANDES: Por que a universidade pública se tornou um alvo central da extrema direita?

JT: A extrema direita consegue se organizar rapidamente ao explorar sentimentos superficiais e ressentimentos acumulados por feridas não resolvidas da nossa história. Ela oferece respostas imediatas. Para um jovem da periferia que enfrenta dificuldades financeiras, a promessa de ganhar dinheiro rapidamente como influenciador pode ser mais sedutora do que a perspectiva de estabilidade futura por meio da educação. É um discurso que responde a necessidades urgentes, enquanto os benefícios do estudo parecem distantes.

A universidade pública, por sua vez, é um espaço de pensamento crítico, aprofundamento e formação humana. Nem todo mundo tem vontade de fazer isso, e em um país onde tantas pessoas precisam lutar diariamente pela sobrevivência, quem está disposto a se aprofundar?

O discurso da direita consegue mobilizar as pessoas de maneira mais rápida e direta. Já o campo progressista enfrenta dificuldades para apresentar respostas imediatas aos problemas concretos, além de lidar com divergências internas e obstáculos para construir unidade.

**Material extraído do documentário “Educação e Ciência por um Brasil que dá certo”.*

Clique no QR CODE para assistir à entrevista completa com Jeferson Tenório.



Extrema direita devasta Argentina e quer repetir modelo no Brasil

Foto: Lara Otero / Mídia Ninja



A declaração do candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de que pretende transformar o Brasil em uma Argentina, caso eleito, explicita a ameaça da extrema direita contra a classe trabalhadora e a soberania brasileira. O plano envolve a cópia do modelo de privatizações, a flexibilização irrestrita de direitos e o alinhamento automático aos Estados Unidos, entregando mineiros críticos ao capital estadunidense.

A submissão argentina ficou evidente no acordo de Javier Milei com a gestão de Donald Trump, no qual o governo argentino garante prioridade aos EUA no fornecimento de terras raras, lítio e cobre em troca de até US\$ 7 bilhões em financiamentos. O pacto impõe que a Argentina contrate produtos, serviços e equipamentos

exclusivamente de empresas estadunidenses, blindando a região contra a China e entregando a soberania sobre recursos estratégicos.

Ataque aos direitos

Esse modelo ultracapitalista resulta em profunda devastação social e sanitária. A Reforma Trabalhista, aprovada este ano, fragilizou direitos e aumentou a exploração: impôs jornadas diárias de até 12 horas, ampliou o período de experiência de três para 12 meses, reduziu indenizações por demissão, permitiu o pagamento de salários com bens ou serviços e limitou o direito de greve.

Desde novembro de 2023, 31,3 mil empresas fecharam no país. No

mesmo período, 245,6 mil postos de trabalho privados formais foram encerrados, conforme centros de pesquisa argentinos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Dados Estatísticos do país (Indec), a pobreza cresceu e já atingiu 32,3% da população de 31 aglomerados urbanos no primeiro semestre de 2026, o que representa 9,7 milhões de pessoas. A maior parte das pessoas pobres, 44,5% do total, é formada por crianças e adolescentes de até 14 anos.

Educação e Saúde

A Educação e a Saúde também passam por desmonte. O orçamento das universidades públicas caiu para 0,428% do PIB em 2026, o nível mais baixo desde 1989. O Executivo descumprir a Lei de Financiamento Universitário (Lei 27.795), eliminou o Fundo Nacional de Incentivo Docente (Fonid) e mantém 70% dos salários de docentes e servidores abaixo da linha da pobreza.

A crise sanitária no país culminou na saída da Argentina da Organização Mundial da Saúde (OMS), e a política de arrocho resultou em uma alarmante crise de saúde mental. Após o governo federal desarticular a linha nacional de prevenção ao suicídio, a província de Buenos Aires passou a registrar 5,4 suicídios diários - tornando-se a principal causa de morte violenta no território e superando homicídios e acidentes de trânsito —, afetando sobretudo a população jovem de 20 a 39 anos.

Reação popular

Com reprovação a Milei acima de 63%, a resposta popular se traduz em greves gerais e marchas de mais de 1,5 milhão de pessoas nas ruas. A luta do povo argentino demonstra que o avanço do neofascismo e a destruição dos serviços públicos devem ser enfrentados com unidade, organização e resistência internacionalista da classe trabalhadora.